

**Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino, carioca, burguês em: *Livro das noivas*.**

Nadilza M. de Barros Moreira (UFPB)

Meu Filinto,

*Lês na minha alma como em um livro aberto.  
Não tenho pensamento que te não comunique,*

*desejo ou sonho que te não exprima.  
Não te dou um livro literário, mas dou-te um livro  
sentido,(...) vai nele todo amor da tua, Júlia.*

Foi com esta dedicatória apaixonada e dependente da tutela do marido, Filinto de Almeida, que Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora reconhecida ainda em vida, abriu um dos seus mais aplaudidos livros à época, 1896, o ***Livro das noivas***.

Esta escritora aristocrata marcou presença nos salões literários carioca, porém, lamentavelmente, após seu desaparecimento, tornou-se mais uma desconhecida escritora no cenário nacional, político e literário, espaços onde atuou com muita determinação. Entre seus inúmeros feitos, ela, D. Júlia, como ficou conhecida, foi uma das articuladoras das reuniões literárias que culminaram com a fundação da Academia Brasileira de Letras; produziu uma extensa literatura dirigida e centrada nas mulheres brancas, escolarizadas e burguesas do Rio de Janeiro de sua época. Ela ainda teve relevante participação política no movimento feminista brasileiro, conforme atesta sua presença na Conferência Brasileira pelo Progresso Feminino, fato registrado em AUSTREGÉSILO, **Perfil da mulher brasileira**: esboço acerca do feminismo no Brasil, 1923. Embora, ela, a própria Júlia, não se considerasse uma feminista.

D. Júlia, como era conhecida, na sua incansável luta em prol da emancipação feminina no Brasil, estava convencida de que a humilhante condição social, econômica e cultural das brasileiras entre os séculos XIX e XX, devia-se, sobretudo, à precariedade de oportunidades educacionais, culturais e sociais que nossa sociedade patriarcal oferecia ao sexo feminino. Sua denúncia acerca da pobreza existencial e intelectual do universo feminino, às vezes soa dissimulada, outras vezes é afirmativa como neste fragmento: “Decididamente, minhas amigas, nós não temos educação! (...) José de Alencar observa, em um dos seus romances, que o piano é para a mulher o mesmo que o fumo é para os homens, uma distração” (ALMEIDA, p. 47-8, 1896). Podemos afirmar que, resguardando-se as limitações e imposições históricas do feminismo brasileiro naquele tempo, a temática literária almeidiana foi eminentemente feminina e feminista<sup>1</sup> [1] [1] como mostra a obra aqui estudada.

D. Júlia foi criada entre rendas e livros. Casou-se com um migrante escritor português e construiu sua obra literária identificada com os valores da burguesia carioca feminina, branca e educada. Embora pensando à frente do seu tempo, seus textos primam por um discurso conciliatório entre costumes e valores estabelecidos pela tradição da sociedade patriarcal e um outro, de cunho liberal e emancipatório, que, à época, já contaminava as mentes femininas desejosas de romperem com o estabelecido e galgarem novos espaços. Ele, o discurso literário almeidiano, está constantemente negociando com as novas demandas femininas numa zona de fronteira, isto é, ora ele reafirma os valores burgueses que confinaram a mulher no

---

1

espaço privado do lar; outras, ele deixa transparecer os sinais da ânsia feminina pela liberação dos costumes e do lugar da mulher na sociedade brasileira em transição:

É o nosso esposo quem nos conduz pelo braço através dos caminhos da vida que a sociedade embaraça com os seus preconceitos terríveis; é firmado no seu nome, na sua honra, na sua dignidade, que o nosso espírito descansa e que nos vemos cercadas de respeito. Tanto mais forte ele for, quanto mais admiração lhe teremos. ( ALMEIDA, 1896, p. 51-2)

A ambigüidade de sentimentos expressa no fragmento acima se estabelece pela relevância das imagens trabalhadas, a do esposo e a da sociedade. A ele, o esposo, compete conduzir a mulher pelos caminhos da vida; a sociedade, aqui representada como um sistema de controle social, insiste em colocar a mulher numa posição não somente subalterna mas embaraçosa, conforme a narradora. Nesta parceria de instituições sociais tão poderosas, matrimônio e sociedade, ambas permanecem numa confortável posição quanto às suas respectivas responsabilidades no que concerne ao lugar e a condição feminina inferior e submissa, uma vez que a obrigação de adequação ao sistema vigente é uma exigência imposta, unicamente, ao segundo sexo. Fica assim estabelecido que a mulher terá de louvar e de reverenciar o sucesso do seu protetor, assim como se submeter ao poder do seu provedor e da sociedade, pois só através deles, provedor e sociedade, ela será reconhecida, ela terá existência e consciência de si mesma, embora presa numa teia de relações de dependência material, existencial e emocional por ser obrigada a permanecer passiva, anônima. Esta dependência se materializa porque para ser sujeito a mulher precisa sujeitar-se as instituições e ao sistema.

Privilegiando na nossa leitura uma perspectiva de gênero enquanto categoria de análise, que fixa e determina os papéis e os lugares dos sexos na sociedade e conseqüentemente pune movimentos que apontem para a diferença, para uma autonomia do sujeito, essa mesma sociedade vai fomentar identidades e valores que venham reforçar seus modelos culturais e sociais. Dentro destes parâmetros normativos que primam pela homogeneidade comportamental e pelo cumprimento das normas sócio culturais estabelecidas qual espelhos superpostos, podemos inferir que é no reconhecimento do outro, do marido provedor, e na aprovação social da burguesia que a mulher brasileira oitocentista se reconhecia, se auto nomeava senhora de, e se tornava sujeito, sujeitando-se.

Por ter usado um discurso dissimulador, marcado pela escolha dos temas abordados considerados à época adequados ao mundo feminino como: vida doméstica, jardinagem, educação infantil, maternidade, entre outros, os livros de D. Júlia foram lidos e relidos à época como exemplos de feminilidade, desenvolvimento emancipatório louvável e patriotismo a serem seguidos e imitados: “Todas as famílias devem perguntar ao seu médico com que devem desinfetar diariamente a casa em tempo de epidemia, e quais os remédios que é bom ter sempre à mão.” (ALMEIDA, 1896, p.131)

Ainda como decorrência de sua aprovação social, D. Júlia teve a satisfação de ser reconhecida, ainda em vida, pelos seus contemporâneos, como: “... guia de mulheres, conselheira de noivas, mestra de esposas...” (LUSO, 1946, p.33). Entretanto, o maior de seus títulos conferidos foi o de mestra, conforme atesta o artigo intitulado, Homenagem à D. Júlia Lopes de Almeida, publicado na **Revista da Academia Brasileira de Letras**,

(...) mestra na acepção mais elevada da palavra, o que quer dizer propiciadora de nobres ensinamentos, modelo de raras virtudes, irradiadora de salutar influência. Mestra de língua e mestra de vida, quer pela excelência da sua produção literária, quer pela pureza sem jaça de sua existência. (CELSO, p.255, 1935).

Tendo situado, sumariamente, a escritora e sua obra, fica claro que vamos trabalhar com um discurso reservado, isto é, que prima pela acomodação dos valores de uma classe, construindo uma escritura que tentou divergir sem provocar o sistema, enfrentar o estabelecido sem desautorizá-lo. Tamanha dicotomia pode ser entendida, parcialmente, pela dificuldade em romper com a classe social onde a própria autora estava inserida, a burguesia carioca, branca, escolarizada, e ainda a ameaça concreta de que seus livros, tão prestigiados pela classe média ascendente, fossem retirados do mercado editorial nascente, num país com escassos leitores como bem atesta o censo brasileiro do final do século passado, 1900 (STEIN, p.51, 1984).

O **Livro das noivas**, obra em análise, está dividido em três partes, a saber: a primeira pode ser descrita como “aprendendo a ser esposa”. Aqui a voz autoral estabelece uma conversa íntima com a leitora ao se colocar no papel de mãe e conselheira ensinando e dividindo experiências que começam com o dia do casamento e se estendem até a viuvez. A segunda parte centra-se nas lides domésticas e percorre os espaços compreendidos entre a sala e a cozinha, podendo ser denominada, “assimilando teorias: praticando conselhos”. Nesta seção a narradora se coloca tão próxima à leitora que é criada uma atmosfera de intimidade, de parceria, de confiança total entre ambas: “Falo como se estivesse entre amigas...” (Almeida, 1896, p. 93) A terceira divisão, por sua vez, quebra o nivelamento anteriormente estabelecido entre narradora e leitora, e recoloca a primeira, a narradora, num outro patamar, o de uma mestra experiente, segura e competente para transmitir a arte e a missão de ser mãe e mulher concomitantemente:

...[dirigindo-se à noiva] tua influência há de modificar os usos e costumes da casa. A tua mocidade, a tua alegria e o teu amor farão daquele ninho de rola um ninho de canários...Procura revestir os teus atos de serenidade e de justiça, ... sê boa, que hás de ser feliz. (ALMEIDA, 1896, p. 229-30)

Este capítulo completo traz como marca o esforço singular de , “repassar uma tradição de cultura feminina”. Ela, a terceira parte, vai privilegiar, sobremaneira, as funções maternas e valorizar o papel da mulher tanto como um ser afetivo e amoroso, quanto um ser social engajado na construção da sociedade brasileira.

A partir do título, **Livro das noivas**, fica estabelecido também que o público alvo dessa literatura são mulheres, preferencialmente as que estão no caminho do altar. Vale ressaltar que estamos analisando uma produção literária imersa numa sociedade expressamente interessada numa ordem social baseada na estrutura casamento/sociedade. Portanto, a vida da mulher brasileira classe média e alta no século passado, estava focalizada no matrimônio e o casamento representava, sem sombras de dúvida, a possibilidade ideal de aceitação social feminina. A vida celibatária era pouco atraente para as mulheres, pois significava viver na casa paterna, submeter-se aos seus regimes, permanecer dependente economicamente do pai e ainda ter de aturar o clichê de “solteirona”, estereótipo altamente discriminatório e pejorativo na cultura brasileira. Permanecer solteira implicava em desprestígio, “...tens razão, o celibato é uma coisa triste...”(Almeida, 1896, p. 171). Logo o casamento representava, no quadro da época, a aspiração modelar da maior parte das moças e das famílias respectivamente.

Na segunda metade do século XIX, embora os casamentos ainda continuassem arranjados pelo pai, já havia uma atmosfera romântica nas ligações afetivas e as mulheres, em especial, partiam para a vida conjugal idealizando essa experiência. Entretanto, esta mesma aura romântica já encontra resistência no discurso almeidiano: “Vivendo do coração exclusivamente expomo-nos aos mais pungentes golpes... A mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo...” (ALMEIDA, 1896, p. 13) A vida matrimonial apresentada por D. Júlia vai ser tratada muito mais como uma missão árdua executada pela mulher, do que uma mera exigência sócio cultural:

Foram para nós inventadas as dores mais cruéis, foram-nos confiadas as mais delicadas missões. A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral (ALMEIDA, 1896, p.13).

Compreender o matrimônio como um desafio constante e dar aos papéis de mãe e esposa o caráter de missão, de luta, foi uma tentativa para romper com a ideologia da passividade feminina nas relações de gênero no espaço da vida privada; foi uma maneira de valorizar a maternidade, função precípua da mulher oitocentista brasileira e que imprimiu respeito e veneração ao papel de mãe, dando-lhe, conseqüentemente, o status de santa, igualando-a a Virgem Maria. Entre outros ganhos, a missão de mãe devotada, de mãe modelar, deslocava as mulheres oitocentistas para um outro lugar, para uma outra percepção de si mesmas, ou seja, embora o universo feminino continuasse sendo o interior dos lares, a mulher já não era mais a mesma, ela foi sagrada “rainha do lar”, ela foi reconhecida por uma qualidade inerente a sua condição biológica: gerar e perpetuar a espécie humana de forma singular, contribuindo significativamente na construção de uma sociedade melhor; para isso era preciso instruir as mulheres, dar-lhes outros horizontes existenciais e materiais:

...esse livro [ *Livro das noivas*] os pais o dariam à sua filha [e]...

Ela entraria  
assim na vida  
de esposa e  
de mãe  
fortalecida  
para a luta  
e consciente  
de seus  
deveres de  
companheira,  
consoladora  
e amiga,  
e de  
conselheira  
desvelada e  
meiga.  
(ALMEIDA,  
1896, p.16)

Entre as tarefas eminentemente maternas valorizadas no discurso almeidiano, vale salientar: a importância dada à economia doméstica e suas demandas; a altivez dos

gestos nobres que procura ensinar pelo exemplo; a caridade para com os pobres e os humildes; a crítica contundente ao consumo desregrado, assim como à mediocridade, à leviandade e à superficialidade dos costumes burgueses impostos às mulheres aristocratas:

Ó futuras noivas, recatadas e meigas, perdi menos noites na dança, e,  
quando fordes a um ou outro baile, pedi à vossa modista um vestido  
mais discreto, e ao jasmineiro do vosso jardim as suas florzinhas  
estreladas e puras! (ALMEIDA, 1896, p. 58)

Poderíamos estender nossa análise pelos labirintos singulares do universo feminino, carioca, burguês da escritura almeidiana, mas precisamos concluir. Queremos finda-la com as palavras encorajadoras de D. Júlia, valorizando os papéis e os espaços conquistados pelas mães, companheiras e mestras, de vida e de língua, onde a participação efetiva das brasileiras se sobressai a olhos nus na transmissão e na produção do conhecimento diário em cada pedaço deste Brasil:

Vamos, minhas amigas, tenhamos coragem para levar  
nossa missão à cabo! Ela não é leve, mas é com certeza  
a mais pura, a mais justa, a mais ampla, a mais bendita  
entre as benditas! (ALMEIDA, 1896, p. 207)

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livros das noivas**. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1896.

AUSTREGÉSILO, A. **Perfil da mulher brasileira**: esboço acerca do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

CELSO, Affonso. Homenagem à D. Júlia Lopes de Almeida. In: **Rev. Acad. Bras. Letr.**, v.48, p. 259-261, abr. 1935.

LUSO, João. **Louvores**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1946. p. 29-35.

A MENSAGEIRA: Revista Literária Dedicada a Mulher Brasileira, 1897-1900. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2vs. 1987. (Edição fac- similar)

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. **A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin**. São José do Rio Preto, 1998. 224p. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

----- **A condição feminina revisitada**: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 2003.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Nadilza M. de Barros Moreira

Prof. Dra. Letras Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

[1] [1] Os termos *feminina e feminista* são aqui empregados num sentido mais amplo, isto é, para designar uma consciência maior acerca da situação de inferioridade da mulher na sociedade brasileira. Não há intenção de se aludir ao movimento feminista brasileiro, embora ele já fosse expressivo no Brasil a partir de 1850 quando as mulheres começaram a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino, atividade compartilhada por D. Júlia, especialmente na primeira revista literária dedicada à mulher brasileira, **A Mensageira** (1897-1900).

---